



ATA DE REUNIÃO

1
2 Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, às quatorze horas e trinta minutos, na sede
3 da RIOPRETOPREV, sito à Rua General Glicério nº 3553, Centro, realizou-se Reunião Ordinária do
4 Conselho Municipal de Previdência (C.M.P.), com a presença dos membros: José Martinho Wolf Ravazzi
5 Neto, Wanessa Sardinha, Dimas Fernandes, Carlos Henrique de Oliveira, Valter de Lucca e Maria
6 Carreiro Vergínio. Estiveram presentes também o Analista Contábil e Gestor de Recursos, Hélio Antunes
7 Rodrigues, e o Coordenador de Gestão de Custeio e Investimentos, Rubem Severian Loureiro. A reunião
8 teve a seguinte pauta: I – Abertura dos Trabalhos: 1.1) Verificação de quórum; 1.2) Palavra do
9 Presidente; 1.3) Palavra da Superintendência; 1.4) Palavra dos Membros. II – Atas e Comunicados:
10 2.1) Apreciação e votação das atas das reuniões anteriores (ata 191); 2.2) Relatório Mensal dos Atos
11 Administrativos (ref. janeiro/2016 a março/2016 foi enviado em maio/2016, via e-mail); 2.3)
12 Entrega de Documentos Solicitados pelo Conselho: 2.3.1) Relatório dos Benefícios Previdenciários
13 (ref. abril/2016, será enviado por e-mail em junho/2016); 2.4) Informações sobre cursos: Curso
14 Temático da APEPREM: A Atuação dos Conselheiros: Responsabilidades, Direitos e Deveres –
15 Dia 29/06/2016 – 09h00min – São José do Rio Preto/SP. III – Ordem da Pauta do dia: 3.1)
16 Apreciação do Balancete de Março/2016; 3.2) Apresentação dos Resultados dos investimentos no
17 mês de abril/2016; 3.3) outros. A reunião teve início com a verificação do quórum, o qual estava de
18 acordo com o § 8º do art. 104 da Lei Complementar 139/2001, com redação dada pela Lei Complementar
19 nº 364/2012. O Presidente do colegiado, Dimas Fernandes, dá as boas-vindas aos presentes e informa que a
20 Superintendente avisou que não estará presente no início da reunião, por isso dará início aos trabalhos com
21 sua ausência. A pedido da superintendência, o Assessor Executivo dos Conselhos, Adriano Antônio
22 Pazianoto, informa os conselheiros que: i) O PEP - Programa de Educação Previdenciária e o Programa de
23 PPA - Preparação para Aposentadoria estão em andamento. Ambas as atividades são realizadas no
24 Auditório Juan Bérdua, no Paço Municipal e contam com a participação de cerca de 25 servidores cada. ii)
25 Que após a nomeação dos novos conselheiros, a RIOPRETOPREV os convidará para uma atividade de
26 integração, que será realizada na própria sede da RIOPRETOPREV. Consistirá em palestras e visitas
27 guiadas as instalações da Autarquia; iii) Também está previsto para ocorrer, no município de São José do
28 Rio Preto, no dia 29/06/2016, o Seminário Temático da APEPREM denominado “A Atuação dos
29 Conselheiros: Responsabilidades, Direitos e Deveres”, e que a entidade espera contar com a presença em
30 massa dos conselheiros. O conselheiro Carlos Henrique de Oliveira, no uso da palavra, diz que foi
31 informado por uma servidora que incide contribuição previdenciária sob o bônus Educador, verba esta
32 criada pela Lei Complementar nº 333/2011. Questiona se é verdadeira essa informação passada pela
33 servidora. O Assessor Executivo dos Conselhos informa que verificará se a legislação prevê que essa verba
34 integrará a base de contribuição previdenciária e, assim que possível, encaminhará uma resposta para o
35 conselheiro, via e-mail. O conselheiro, ainda com o uso da palavra, faz a seguinte manifestação oral,
36 solicitando a transcrição integral em ata: “*Está em curso na Câmara de vereadores da nossa cidade uma luta pela*
37 *instalação de um processo investigativo dos indícios de irregularidades nesta autarquia. As sucessivas manobras dos vereadores*
38 *subordinados ao prefeito Valdomiro Lopes os quais atuaram, no primeiro momento, para impedir a instalação de uma*
39 *Comissão Especial de Investigação (popularmente conhecida como CPI) e, após o protocolo do pedido com o número regimental*
40 *mínimo de assinaturas, tentaram tomar de assalto o comando da investigação. O desespero e o autoritarismo, marca da*
41 *intervenção da atual administração pública municipal neste processo, contrasta com a desastrosa política de amortização do*
42 *déficit atuarial cujos fundamentos visam unicamente poupar o atual prefeito dos aportes necessários para o alcance do equilíbrio*
43 *atuarial. O Plano de Amortização do Déficit Atuarial foi gestado nesta autarquia com o afastamento de participação dos*
44 *representantes dos servidores municipais e impedimento de acesso as informações produzidas pelo Grupo de Trabalho escolhido*
45 *pelo prefeito; e posteriormente aprovado irresponsavelmente neste Conselho apenas pelos representantes do prefeito municipal.*
46 *Assim, considerando a importância das investigações dos indícios de irregularidades solicito manifestação pública deste Conselho*
47 *pela imediata instalação da CPI do Rombo na Riopretoprev e pela exigência de independência de conduta dos seus*
48 *componentes”*. O conselheiro destaca que o pedido de abertura da CPI foi protocolado faz 50 dias, mas por
49 uma manobra dos membros da base governista, para impedir a instalação da investigação, até o momento



50 não houve nenhuma ação efetiva. Destaca ainda que é de conhecimento de todos que dois vereadores,
51 identificados com o Prefeito Municipal, querem tomar a frente das investigações da CPI, já que o Prefeito
52 não estaria interessado na investigação de qualquer irregularidade. Portanto, o conselheiro Carlos Henrique
53 de Oliveira solicita que o conselho se manifeste publicamente, na forma que entender mais adequado, para
54 exigir a instalação da CPI do Rombo e solicitar a independência de conduta dos seus componentes. O
55 Presidente do Colegiado afirma estar acompanhando a discussão do tema na Câmara Municipal. Consta
56 ainda que a expressão “CPI Rombo”, amplamente utilizada nos meios de comunicação, pode dar a
57 população em geral a impressão de que houve desvios de recursos na RIOPRETOPREV, o que não é
58 verdade. O Conselheiro José Martinho Wolf Ravazi Neto se posiciona contra a solicitação de manifestação,
59 argumentando que embora não tenha nenhuma oposição quanto a instalação da CPI, votar favorável seria
60 admitir a existência do “rombo”, que na verdade não existe, e que a controversa CPI faz referência aos
61 critérios adotados no plano de amortização do déficit técnico atuarial. Para o conselheiro essa discussão não
62 deveria ser rotulada como “rombo”, uma vez que essa expressão leva a impressão que se investigará desvios
63 de recursos da instituição. Ressalta ainda que os conselheiros sabem que tal situação não ocorreu, por isso
64 não deveriam se manifestar favoravelmente a questão. Por fim, destaca que a Câmara Municipal investigará
65 a questão com ou sem manifestação pública desse colegiado. A Conselheira Wanessa Sardinha também se
66 posiciona contra a manifestação, ressaltando que embora nada tenha a opor a criação da CPI, afirmando
67 que o legislativo é um Poder próprio e tem a autonomia para fazer a investigação da questão que lhes foi
68 apresentada para investigação. Argumenta a conselheira, por derradeiro, que não deve restar dúvidas por
69 parte dos conselheiros acerca da gestão financeira do ente, já que estes, mensalmente, gerenciam as contas
70 da entidade. O conselheiro Valter de Lucca se posiciona favorável a manifestação do conselho, uma vez que
71 a investigação levaria o conselho de responsabilização futura e, por isso, o conselho deveria fomentar a
72 criação da CPI, manifestando-se nesse sentido, até para que fique transparente a questão investigada e para
73 que não ocorra aqui o que vivenciou o estado do Rio de Janeiro – o não pagamento de benefícios aos
74 aposentados – por conta de falta de recursos. Ressalta que o conselho podia se manifestar que não há
75 desvio de recursos, mas que apoia o início das investigações. O conselheiro Carlos Henrique de Oliveira se
76 manifesta, afirmando que tem dúvidas, e que estas dúvidas foram construídas a partir do comportamento da
77 administração e do conselho, cujo ato primário se oficializou quando o Prefeito criou um grupo de trabalho
78 para estudo da amortização do déficit atuarial, com a participação servidores comissionados, até servidores
79 celetistas, excluindo a participação dos representantes dos servidores (nesse momento, questiona se os
80 demais conselheiros tem dúvidas sobre quem representa os servidores perante a RIOPRETOPREV).
81 Afirma que, num segundo momento, a administração negou acesso aos documentos produzidos pelo grupo
82 de trabalho. Ressalta também que o plano de amortização, que teria o papel de amortizar o déficit, em 3
83 anos se tornou o plano de aceleração do déficit atuarial, afirmando que por si só, este fato já demonstra que
84 tem algo de errado e que a questão deve ser investigada. Por fim, destaca que sua dúvida não está “nesse
85 negócio de que tem um rombo e querem saber do dinheiro, porque já sabemos o que aconteceu; e que acha
86 triste o papel que os conselheiros tem que cumprir no colegiado”, mas o que o conselheiro quer desse
87 conselho, e para isso dependente da anuência dos conselheiros indicados pelo Prefeito, é a manifestação a
88 favor da CPI, mesmo sabendo que o Prefeito quer impedir a instalação da CPI, e nesse ponto estão certos
89 os conselheiros indicados em suas condutas, já que estão fazendo o papel que o prefeito quer, ou seja,
90 querem impedir a investigação. Acredita que o voto no sentido de não aprovar a manifestação do conselho
91 é incorreto, pois impede a manifestação de todo o conselho, e que os conselheiros indicados precisam
92 entender que o desejo do Prefeito é um, mesmo esses conselheiros ganhando para isso, ou seja, para
93 defender o Prefeito, mas que tem mais coisas além disso, já que estes também são servidores, e tendo em
94 vista que se mantido o que está determinado no plano de amortização do déficit, nenhum servidor vai
95 receber aposentadoria. Afirma que em janeiro, a própria Caixa Econômica Federal garantia que havia
96 cobertura previdenciária para 19% dos segurados, e hoje essa cobertura deve ser menor, afirmando que esse
97 fato merece investigação. Ressalta que os conselheiros indicados pelo Prefeito são cúmplices da situação
98 exposta, e declara isso sem querer ofendê-los, mas destacando que o colegiado, com o voto dos



99 conselheiros indicados pelo prefeito, foi o responsável por desencadear todo esse processo, sendo desses
100 conselheiros a responsabilidade. Afirma que cada um colhe o que planta, mas o que está solicitando é uma
101 coisa simples, uma manifestação pública desse conselho pela imediata instalação da CPI, até como prova de
102 que não há indícios de irregularidade, já que manobras e assédio moral estão acontecendo na câmara para
103 impedir a instalação da CPI. Terminado os debates, o presidente do Colegiado propõe a votação da
104 solicitação do Conselheiro Carlos Henrique de Oliveira, solicitando aos pares que se posicionem a favor ou
105 contra a aprovação da “manifestação pública do conselho a favor da CPI”: O conselheiro José Martinho
106 Wolf Ravazzi Neto vota contra; A conselheira Wanessa Sardinha também vota contra, já que a Câmara tem
107 independência para fazer a investigação, e que o conselho tem que deixar a cargo deles a investigação, não
108 entendendo necessária e condicionante a manifestação do colegiado; Os conselheiros Valter de Lucca,
109 Carlos Henrique de Oliveira e Maria Carretero Vergínio votam favoráveis a manifestação. Em sua
110 declaração de voto, a conselheira Maria Carretero Vergínio demonstra sua preocupação com a possibilidade
111 de não haver pagamentos no futuro, já que a verba é essencial para sua subsistência. Destaca, ainda, sua
112 preocupação com a retirada da cesta-básica, providência essa, segundo ela, já anunciada pelo prefeito. O
113 conselheiro Dimas Fernandes declara-se contrário a manifestação, complementando que espera que nas
114 próximas sessões a Câmara encontre uma solução em relação a CPI. Empatada a votação, o Presidente do
115 Colegiado, Dimas Fernandes, no uso do voto de qualidade que lhe é garantido pelo regimento interno,
116 decide contrário a manifestação pública do conselho a favor do início dos trabalhos da CPI. **Portanto, o**
117 **colegiado decide, por voto de qualidade, rejeitar a solicitação de manifestação pública acerca da**
118 **instalação da CPI.** Os demais membros não utilizaram a palavra. **A ata nº 191 foi aprovada.** O relatório
119 dos atos administrativos, referente ao período de janeiro a março de 2016, foi enviado aos conselheiros, via
120 e-mail. As informações sobre os benefícios previdenciários referentes a abril de 2016 serão enviadas por e-
121 mail em junho/2016. Passando à Ordem da Pauta do dia, inicia-se a apreciação do balancete contábil da
122 entidade referente ao mês de março/2016. Para tanto, o Analista Contábil da entidade, Hélio Antunes
123 Rodrigues, faz a apresentação da peça e explana sobre possíveis dúvidas a serem levantadas pelos
124 conselheiros. (*Resumo da peça contábil de março/2016: Total de Contribuições e outras receitas – R\$ 8.124.565,43;*
125 *Despesas com benefícios e administrativas do mês – R\$ 7.106.619,90*). **Com base na exposição, foi apreciada a**
126 **peça contábil de março/2016.** O Gestor de Recursos, Hélio Antunes Rodrigues, e o Coordenador de
127 Gestão de Custeio e Investimentos, Rubem Severian Loureiro, apresentaram os resultados dos
128 investimentos no mês de abril de 2016. *Principais indicadores dos investimentos: RENDIMENTO (em R\$ mil) R\$*
129 *5.905,90; RENDIMENTO (em %): 2,31%; META ATUARIAL (%) 1,10%; META GERENCIAL (IMA-*
130 *B) (%) 3,93%; CDI: 1,05%; IBOVESPA: 7,70%; IBX-50: 7,24%; IRF M1: 1,07%; RAZÃO:*
131 *RENDIMENTO FINANCEIRO x META ATUARIAL (%) NO MÊS: 210,00%; NOS ÚLTIMOS 3*
132 *MESES: 189,88%; NOS ÚLTIMOS 6 MESES: 119,14%; NOS ÚLTIMOS 12 MESES: 78,10%; DESDE O*
133 *INICIO ADM CARTEIRA: 59,79%.* **Com base nas exposições, foram apreciadas as informações**
134 **sobre os investimentos da entidade no mês de abril de 2016.** Assim, eu, Adriano Antonio
135 Pazianoto _____ lavro a presente ata que, para fins de consolidação, vai assinada
136 por mim e por todos os presentes.
137
138


Carlos Henrique de Oliveira


Dimas Fernandes


Wanessa Sardinha


José Martinho Wolf Ravazzi Neto


Valter de Lucca


Maria Carretero Vergínio